

"La Alianza para el Progreso está muerta": reflexões sobre a Aliança para o Progresso no contexto da Doutrina de Contenção Americana

*"La Alianza para el Progreso está muerta":
reflections on the Alliance for Progress in the
context of the American Containment Doctrine*

João Victor da Costa Rios*

Recebido em: 11/03/2025

Aprovado em: 27/11/2025

Resumo: O presente artigo realiza uma análise crítica e interdisciplinar da Aliança para o Progresso (APP), iniciativa dos Estados Unidos da América (E.U.A.) lançada em 1961 no contexto da Guerra Fria. O objetivo é desvendar as contradições entre o discurso de desenvolvimento socioeconômico e a implementação da APP como instrumento de contenção geopolítica na América Latina. A problemática central reside em como a APP, sob a fachada de ajuda, atuou na desestabilização de movimentos sociais e políticos, culminando no apoio a regimes autoritários, como no caso brasileiro. A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica de caráter teórico e historiográfico, integrando insights da História, Ciência Política e Relações Internacionais. A contribuição reside em resgatar e articular perspectivas de autores, muitos deles pouco conhecidos no debate atual, oferecendo um panorama robusto para pesquisadores. Conclui-se que a APP foi um sucesso de estratégia geopolítica, reforçando o controle dos E.U.A. na região.

Palavras-chave: História. Aliança para o Progresso. Doutrina de Contenção Americana.

Abstract: This article presents a critical and interdisciplinary analysis of the Alliance for Progress (AFP), a United States (U.S.) initiative launched in 1961 in the context of the Cold War. The objective is to unravel the contradictions between the discourse of socioeconomic development and the implementation of

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Licenciado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), e-mail: joaorios09@ufpi.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5726-5833>

the AFP as an instrument of geopolitical containment in Latin America. The central problem lies in how the AFP, under the guise of aid, acted to destabilize social and political movements, culminating in support for authoritarian regimes, as in the Brazilian case. The methodology employed is theoretical and historiographical bibliographic research, integrating insights from History, Political Science, and International Relations. The contribution lies in recovering and articulating the perspectives of authors, many of them little-known in the current debate, offering a robust overview for researchers. It is concluded that the APP was a success in terms of geopolitical strategy, reinforcing U.S. control in the region.

Keywords: History. Alliance for Progress. American Containment Doctrine.

Introdução

O presente estudo se insere no campo da História das Américas e se dedica a uma análise reflexiva da Aliança para o Progresso (APP), uma iniciativa dos Estados Unidos da América (E.U.A.) lançada em 1961. O tema central é a complexa relação entre a retórica de desenvolvimento e a realidade da intervenção geopolítica da APP na América Latina.

Compreende-se que esse programa foi criado conforme estabelecia a Doutrina de Contenção (DC). Essa doutrina foi elaborada por George Frost Kennan como forma de combater o rival soviético¹. Nesse contexto, Kennan apresentou suas ideias ao público pela primeira vez em 1947 como uma contribuição anônima para o periódico *Foreign Affairs*, conhecido como “X-Article”. Kennan escreveu: “*The main element of any United States policy toward the Soviet Union must be that of a long-term, patient but firm and vigilant containment of Russian expansive tendencies*”².

¹ O quadro inicial dessa doutrina está no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Após o final do conflito, a interpretação geopolítica apontava para duas superpotências definidas entre o Aliados. Consequentemente, com o inimigo derrotado, as diferenças de objetivos dos EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tornaram-se mais contrastadas, e as tensões entre as duas principais potências econômicas e militares do globo provocaram a abertura de um cenário de uma guerra eminente (Hobsbawm, 2006).

² Tradução: “O principal elemento de qualquer política dos Estados Unidos em relação à União Soviética deve ser o de uma contenção paciente, mas firme e vigilante, a longo prazo, das tendências expansivas russas”. In: <https://history.state.gov/milestones/1945-1952/kennan>

A partir desse contexto internacional, os EUA promoveram uma política externa combativa as tentativas de expansão do bloco soviético. Essas ações de conter a influência socialista não se tratava de um projeto necessariamente voltado a violência e guerra, mas também poderia ser uma ação por meio de matrizes econômicas. O próprio Plano *Marshall* é um projeto influenciado pela DC de Kennan, uma vez que reconstruir a Europa com dinheiro e crédito americano, era uma forma de impedir relações diplomáticas e econômicas entre o Leste Europeu soviético e a Europa Ocidental em reconstrução pós-guerra.

Assim, o objetivo principal deste artigo é desvendar as contradições e os impactos multifacetados da APP na região, investigando como essa iniciativa, apesar de sua roupagem de cooperação e desenvolvimento social, serviu primariamente como um instrumento de contenção anticomunista e de influência política.

A problemática que norteia esta pesquisa é: de que maneira a Aliança, ao prometer reformas estruturais e progresso socioeconômico, atuou na prática como um mecanismo de desestabilização de movimentos sociais e políticos considerados ameaçadores, e qual foi o seu papel na consolidação da influência dos E.U.A. e no apoio a regimes alinhados a Washington, especialmente no Brasil.

Para abordar essa problemática, a metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica de caráter interdisciplinar. O trabalho integra *insights* críticos de autores da História, Ciência Política e Relações Internacionais, permitindo uma compreensão abrangente. As fontes utilizadas são obras de referência que analisam o programa a partir de diferentes ângulos, incluindo estudos de Felipe Pereira Loureiro (2020), Lincoln Gordon (1988), Howard J. Wiarda (1988), Martina Spohr (2020), entre outros.

A contribuição deste artigo para leitores e pesquisadores interessados no tema reside na articulação de perspectivas que analisaram o APP tanto no momento de sua implementação quanto no período posterior ao início do projeto. Como alguns dos autores utilizados ainda são pouco conhecidos ou citados no debate atual, o artigo oferece um panorama historiográfico e teórico.

Assim, este trabalho serve como um guia oportuno, indicando referências clássicas e outras poucos conhecidas no cenário brasileiro, para aprofundamento na compreensão da Aliança como um projeto que moldou as trajetórias políticas e sociais do continente.

Aliança para o Progresso: motivação, projeto e interpretações interamericanas

Até o início dos anos 1960, a América Latina buscava superar suas problemáticas por meio de processos legítimos e constitucionais. Isso não significa que, no ínterim desses anos, os países latino-americanos e forças golpistas não tivessem protagonizado crises institucionais. O Brasil, por exemplo, havia passado por duas crises políticas antes do golpe de 1964. A primeira ocorreu na década de 1950, no final do governo de Getúlio Vargas, e a segunda estava relacionada à sucessão presidencial do vice-presidente João Goulart em 1961 (Ferreira; Gomes, 2014).

Em outras regiões, temos exemplos de casos que resultaram até mesmo em assassinatos de autoridades oficiais, como Carlos Castillo Armas, que ocupava a presidência da Guatemala e foi fatalmente atingido na cabeça em 1957. Pouco tempo antes, José A. Remón, do Panamá, também foi brutalmente morto em circunstâncias parecidas. Depois dele, Anastasio Somoza, da Nicarágua, teve sua vida ceifada por outra pessoa (Oliveira, 2020, p. 134).

O Brasil é central nesse processo, e a eleição presidencial de 1960 é um quadro muito bem contrastado do antiamericanismo no maior país da América Latina. Uma vez que a chapa formalizada pelo Marechal Henrique Teixeira Lott, do Partido Social Democrático (PSD), e João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi uma das favoritas a ganhar o pleito nacional, sua campanha priorizou o "fervor nacionalista-reformista".

Ademais, pela historiografia brasileira, as lideranças americanas não acompanharam a formação de grandes movimentos contestatórios nas Américas

do pós-guerra (1945). Contudo, a situação foi revertida por, sobretudo, dois fatores: a constatação de um antiamericanismo no hemisfério ocidental e a possibilidade da expansão do interesse soviético na América Latina. A partir disso, o governo de Washington elaborou projetos oficiais e não oficiais para estabelecer a Doutrina de Contenção (DC) nas Américas.

Em março de 1961, o então presidente John Fitzgerald Kennedy (JFK), na presença de embaixadores e representantes políticos dos países da América Latina, apresentou a *Aliança para o Progresso*. Tratava-se de um projeto audacioso, com a promessa de investir, até 1971, 20 bilhões de dólares. Nas palavras de Kennedy, o programa tinha a premissa de 'completar as revoluções das Américas', justamente porque Washington, até a metade do século XX, tratava os países da América Latina de maneira secundária.

Nas reuniões entre embaixadores latino-americanos e o Departamento de Estado americano, por exemplo, o representante da Casa Branca, na década de 1950, Foster Dulles, não convidava nenhum diplomata para debater diretrizes políticas, mas para repassar as decisões do Departamento de Estado sobre a América Latina (Bandeira, 1978, p. 377). Do ponto de vista latino-americano, diversos grupos políticos, oficiais e não oficiais, interpretaram nas tratativas americanas uma relação extremamente desigual.

Não obstante, as prerrogativas americanas não colocavam os países latino-americanos como aliados, mas em uma relação entre dominador e dominado. O Brasil, como potência nos trópicos sul-americanos, não tinha enquadramento privilegiado entre as nações do hemisfério, também foi submetido à subserviência das lideranças daquele país. Essa postura pode ser compreendida como imperialista, tendo seu início durante a gestão de James Monroe, que formulou uma doutrina que leva o seu nome. Monroe defendia uma 'América para os norte-americanos', assumindo o papel de protetor das ex-colônias recentemente libertas do domínio espanhol. Theodore Roosevelt promoveu a política do *Big Stick*, intervindo em países como México (1914), Nicarágua (1912 e 1927), Haiti (1915) etc.

Nesse contexto, a falta de investimento, diálogo e intervenções militares colaborou para a formação do sentimento antiamericano na América Latina. Nem mesmo a *Política da Boa Vizinhança* do governo Franklin D. Roosevelt teve êxito em reverter esse quadro. Um dos fatores disso era a desigualdade de tratativas diplomáticas e econômicas concedidas à Europa e a alguns países da Ásia. Muitos países dessas áreas foram contemplados com volumes consideráveis de crédito e investimento para a reconstrução pós-guerra; o programa mais famoso foi o *Plano Marshall*.

Se de um lado o investimento era ostentado, do lado latino-americano, a fome, desigualdades e injustiças sociais eram potencializadas. Países sem crédito ou respaldo diplomático e vistos por nativos e americanos como uma zona de segurança que não apresentava ameaças à cartografia tradicional do poder. No entanto, as massas populares, em diversos níveis, passaram a formar uma mentalidade crítica em torno da política americana para as diversas regiões da América Latina.

Os americanos só perceberam de forma mais evidente a presença do antiamericanismo nas Américas em 1958, quando o vice-presidente Richard Nixon foi para a América do Sul e acabou sendo hostilizado pelos nativos em Lima (Peru). Além disso, foi barrado por um corpo estudantil na entrada da Universidade de São Marcos. Mas o caso mais emblemático e responsável por cristalizar o sentimento contrário às relações estadunidenses aconteceu na Venezuela (Gordon, 1962). O presidente Nixon foi confrontado por um grupo volumoso de operários e estudantes. A saída do chefe de Estado americano foi semelhante a um cenário bélico. Sua equipe de segurança americana optou por escoltar o chefe de Estado com tanques e militares (Bandeira, 1978).

Internamente, John F. Kennedy, ainda como senador americano, viu a situação sofrida pelo vice-presidente como um reflexo do tratamento dado por Dwight D. Eisenhower e John Foster Dulles à América Latina (Barros, 2017, p. 72). Nesse contexto, para os Estados Unidos, tratava-se de um imperativo de segurança nacional. Era crucial garantir sua influência no local e manter o

controle geopolítico na região. No entanto, surgia o desafio de como alcançar esse objetivo, uma vez que os Estados Unidos haviam apoiado ditadores que contribuíram para a situação dos países locais e não podiam mais respaldar tais regimes diante da rejeição ao autoritarismo soviético. A questão era muito complexa, e vamos destacar alguns detalhes oficiais. Diversos diplomatas latino-americanos passaram anos solicitando a criação de uma instituição financeira interamericana.

Embora o apoio inicial para esses esforços tenha sido fornecido pelas administrações dos Estados Unidos nos estágios iniciais, eles enfrentaram a rejeição do Congresso norte-americano em duas ocasiões. No entanto, após o estabelecimento do Banco Mundial em 1944, administrações sucessivas têm consistentemente se recusado a endossar a formação de uma instituição financeira interamericana. Americanos de diversos setores tinham um conhecimento, mesmo que superficial, das tragédias sociais da América Latina. No entanto, um projeto voltado para a criação de um Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não saía do papel e das promessas dos representantes estadunidenses. Nesse contexto, Thomas Graydon Upton, um dos integrantes do Banco Mundial e um dos fundadores do BID, formulou uma investigação bastante interessante, que reforça como a política externa americana era bastante desigual quando o assunto era a América Latina, para ele:

It is ironic, then, that the final decision to support the creation of such a bank (IDB) was taken practically overnight in Washington, for purely diplomatic reasons. At a meeting on August 11, 1958 with President Eisenhower and Secretary of State Christian Herter, Treasury Secretary Robert Anderson learned that the US planned to present a proposal to the UN for the creation of a Middle East development bank two days later. . Anderson immediately realized that a new crisis in inter-American relations could only be avoided through a prior announcement of US support for a development bank for Latin America, and thus convinced the President. A phone call to Deputy Secretary Richard Rubottom prompted the drafting of a statement,

which was immediately approved, paving the way for Douglas Dillon's historic statement the following day, 12 August. Social Council, Dillon announced that the US was prepared to support the formation of an inter-American financial institution (Upton, 1988.p, 139)³.

Desse modo, em termos oficiais, o ato final para a criação do BID foi uma ação orquestrada sem planejamento, muito mais voltada a resguardar relações mínimas com a América Latina do que a um projeto planejado. O presidente Eisenhower apoiou a criação do banco por meio de uma decisão unilateral dos EUA (Upton, 1988, p. 139). Além disso, em diversas obras da historiografia brasileira sobre a *Aliança para o Progresso*, é destacado que John F. Kennedy criou o programa e fez uma administração totalmente diferente da de seu antecessor, do ponto de vista das relações interamericanas. Isso é um detalhe que tem fundamento tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina. No entanto, no campo acadêmico, não existe um consenso. Na verdade, o destaque para JFK na construção e oficialização da APP é uma hipótese acadêmica bastante consolidada.

O que se discute é se Eisenhower foi totalmente omissos e ignorante em relação à América Latina ou não, se, em alguma medida, ele tentou reverter o quadro desfavorável na região em algum momento do seu governo, ou pelo menos no final do seu mandato. Para Howard J. Wiarda (1988), a questão é mais complexa do que se sugeriu em trabalhos acadêmicos ao longo dos anos 1970 e 1980:

³ Tradução para português: “É irônico, então, que a decisão final de apoiar a criação de tal banco (BID) tenha sido tomada praticamente da noite para o dia em Washington, por razões puramente diplomáticas. Numa reunião em 11 de Agosto de 1958 com o Presidente Eisenhower e o Secretário de Estado Christian Herter, o Secretário do Tesouro Robert Anderson soube que os EUA planeavam apresentar à ONU uma proposta para a criação de um banco de desenvolvimento do Médio Oriente dois dias depois. Anderson percebeu imediatamente que uma nova crise nas relações interamericanas só poderia ser evitada através de um anúncio prévio do apoio dos EUA a um banco de desenvolvimento para a América Latina, e assim convenceu o Presidente. Um telefonema ao secretário adjunto Richard Rubottom motivou a redação de uma declaração, que foi imediatamente aprovada, abrindo caminho para a declaração histórica de Douglas Dillon no dia seguinte, 12 de agosto. Conselho Social, Dillon anunciou que os EUA estavam preparados para apoiar a formação de uma instituição financeira interamericana (Upton, 1988.p, 139) .

The Alliance for Progress was a ten-year, multibillion-dollar assistance program launched in 1961 and designed, at least on the surface, to help the social, economic, cultural and political development of Latin America. Although its institutional mechanism was implemented by the Kennedy Administration, its roots lie in the previous Eisenhower Administration, particularly in the report on Latin America prepared by Milton Eisenhower for his brother, and in the revised thinking on Latin America that evolved during the last three years of the Eisenhower administration. This reassessment suggested that the US stop coddling dictators, stop taking Latin America for granted and start helping its democratic forces – a major turnaround. Just as Franklin D. Roosevelt's "good neighbor" policy had its origins in the previous Hoover administration, the Alliance for Progress built and greatly expanded a political reorientation that actually preceded John F. Kennedy's inauguration. A powerful, predating impetus for the Alliance also came from Latin America. As early as 1955, President Juscelino Kubitschek of Brazil began calling for a vast program of assistance and self-help for Latin America, which he called "Operation Pan-America" and which incorporated most of the main ingredients of the Alliance. . He was later joined by President Alberto Lleras Camargo of Colombia in promoting such a program. Other Latin American presidents have advocated similar measures (Wiarda, 1988. p, 98)⁴.

⁴ Tradução para português (Brasil): Aliança para o Progresso foi um programa de assistência multibilionário com duração de dez anos, lançado em 1961 e concebido, pelo menos aparentemente, para ajudar o desenvolvimento social, econômico, cultural e político da América Latina. Embora o seu mecanismo institucional tenha sido implementado pela Administração Kennedy, as suas raízes residem na Administração Eisenhower anterior, particularmente no relatório sobre a América Latina preparado por Milton Eisenhower para o seu irmão, e no pensamento revisto sobre a América Latina que evoluiu durante o último três anos da administração Eisenhower. Essa reavaliação sugeriu que os EUA parassem de mimar os ditadores, parassem de considerar a América Latina como um dado adquirido e comesçassem a ajudar as suas forças democráticas – uma grande reviravolta. Assim como a política de "boa vizinhança" de Franklin D. Roosevelt teve suas origens na administração Hoover anterior, a Aliança para o Progresso construiu e expandiu enormemente uma reorientação política que na verdade precedeu a posse de John F. Kennedy. Um impulso poderoso e anterior à Aliança também veio da América Latina. Já em 1955, o Presidente Juscelino Kubitschek do Brasil começou a apelar a um vasto programa de assistência e autoajuda para a América Latina, que chamou de "Operação Pan-americana" e que incorporava a maioria dos principais ingredientes da Aliança. . Mais tarde, ele foi acompanhado pelo presidente Alberto Lleras Camargo, da Colômbia, na promoção de tal programa. Outros presidentes latino-americanos defenderam medidas semelhantes (Wiarda, 1988. p, 98).

A partir desse relato, destacamos que o governo Kennedy foi, desde o início, comprometido (no discurso oficial) a reverter o quadro da política externa americana para a América Latina. Todavia, o quadro de negligência institucional e diplomática dos americanos para com os países latino-americanos não foi inaugurado pela administração Eisenhower, mas formado por décadas de política externa encabeçada pelo Departamento de Estado Americano, e o governo Eisenhower, ainda no seu encerramento, apresentou sinalizações objetivando mudanças nas relações interamericanas. Justamente por isso, a posição de Howard J. Wiarda é importante para destacar que as origens da *Aliança para o Progresso* não são um quadro simplificado. Na verdade, durante o final do mandato do seu antecessor, ações preliminares ou introdutórias a um programa interamericano foram semeadas. Todavia, o próprio autor destaca o crédito do então senador e futuro presidente dos EUA, Kennedy, nas relações interamericanas.

Pois, segundo o próprio Wiarda (1988), Kennedy, como representante do Senado, articulou internamente, via Congresso, para que as ações de auxílio à América Latina fossem adiadas para o próximo governo presidencial. No caso, por meio da vontade popular (dos delegados), o próximo governo seria justamente aquele que liderou o entravamento dos projetos que iriam formar um programa de auxílio para a América Latina, antes mesmo dos anos 1960. Sob esta perspectiva, isso, por um lado, mostra a habilidade do jovem político Kennedy, mas também revela que, enquanto milhares de latino-americanos precisavam de auxílio por razões provenientes de crises humanitárias, a potência do Norte, que poderia fornecer auxílio e linha de crédito a esses países, tratava uma questão urgente com estratégia política.

Felipe Herrera Lane (1988) também dá crédito ao antecessor de JFK por ações de reversão da política externa. Ele aponta que, no final dos anos 1950, a abordagem do presidente Eisenhower em relação à América Latina passou a demonstrar uma postura dos EUA bastante distinta daquela do período pós-

Segunda Guerra Mundial. De fato, não existiu uma política interamericana efetiva durante esses anos, uma vez que a prioridade de Washington estava voltada para a Europa Oriental e Ocidental. Um exemplo evidente do crescente interesse na América Latina foi a escolha da Administração Eisenhower de ratificar o Acordo Constitutivo da Organização dos Estados Americanos em Bogotá, em 1948 (Herrera, 1988, p. 89).

Além disso, outro fator que colaborou com a criação da *Aliança para o Progresso* veio do Brasil, uma iniciativa liderada pelo presidente Juscelino Kubitschek, denominada "Operação Pan-Americana (OPA)". Em síntese, a proposta da operação consistia em fornecer vultosos recursos financeiros aos países latino-americanos, visando promover mudanças de longo prazo para impulsionar seu desenvolvimento, num momento em que a União Soviética estava expandindo sua esfera de influência para novas regiões. Mais tarde, ele foi acompanhado pelo presidente Alberto Lleras Camargo, da Colômbia, na implementação desse programa. Outros líderes latino-americanos apoiaram iniciativas semelhantes.

A criação, em 1959, do BID representou a formação de uma instituição de assistência regional e multilateral, mas majoritariamente financiada pelos EUA. Esse banco foi uma parte essencial dessa mesma campanha. De fato, um dos aspectos distintivos da *Aliança* como programa de ajuda foi o nível em que, inicialmente, se desenvolveu a partir de conceitos originados na América Latina e os incorporou parcialmente. O governo americano de Eisenhower conversou com Juscelino Kubitschek e oficializou operações preliminares no Brasil e na região continental.

No entanto, nenhum projeto de grandes proporções foi edificado ou oficializado com base nos preceitos e orientações latino-americanos. Nesta análise, isso mostra que, por mais que a propaganda e o discurso se orientem para projetos de "relações entre nações", boa parte desses programas não seguia as orientações dos países latino-americanos. Apesar disso, a situação vai mudar em alguma medida, uma vez que, em 1959, a ilha de Cuba potencializa sua Revolução.

Com o aumento gradual da expansão soviética em todos os recantos do hemisfério ocidental, isso despertou a atenção do governo dos Estados Unidos, que agiu rapidamente ao aprovar a Lei nº 86-735, em 8 de setembro de 1960. Esta legislação autorizava a oferta de ajuda para o desenvolvimento da América Latina, por meio de programas de cooperação tanto bilateral quanto multilateral, com a finalidade de impulsionar o crescimento econômico e aprimorar as condições sociais.

Mas ainda eram ações "tímidas", diante do temor americano de que as regiões que, durante décadas, foram consideradas protetorados americanos. No geral, podemos compreender que essa medida foi uma das últimas ações da administração Eisenhower para a América Latina. Restava ainda uma missão mais audaciosa para o próximo presidente americano: a tarefa de bloquear a expansão ou a sedição dos países do sul com ideias reformistas, nacionalistas, revolucionárias e pró-União Soviética ou Cuba.

Em fevereiro de 1960, o líder soviético, Nikita Serguêievitch Khrushchov, decidiu enviar seu vice, Anastas Mikoyan, em uma missão especial até Cuba. Vale destacar que Cuba fez uma revolução, mas esse movimento começou com caráter ultranacionalista e não comunista. Assim, o objetivo da visita do representante soviético era investigar o que estava por trás das motivações de Castro, que tinha acabado de voltar da capital americana, Washington, onde seu pedido de audiência com o presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, fora negado. Não apenas isso, ainda em 1960, Cuba sofreu sanções e embargos. Fidel Castro buscou o aliado mais provável: a União Soviética e, por meio de acordos com a superpotência europeia, teve apoio econômico e político; assim, aprovou a aquisição de açúcar cubano em troca de suprimentos de combustível.

O impacto foi tão significativo que, na eleição presidencial de 1960, foi debatida a questão da América Latina e as possíveis chances de o hemisfério ocidental ter movimentos comunistas. Nesse sentido, a partir da vitória de Kennedy, foi gestado na *White House* uma nova forma de olhar e perceber os vizinhos latino-americanos. A situação ganhou ainda mais notoriedade nos EUA

quando, em 1959, os oprimidos de Cuba iniciaram um processo revolucionário contra os dominadores e aliados dos EUA.

Assim, os empresários dos Estados Unidos testemunharam em Cuba a concretização de um dos seus maiores temores para os países latino-americanos, tais como a expropriação de empresas, a reforma agrária, a nacionalização do capital estrangeiro e da indústria, bem como a estatização do comércio exterior. Essa última foi efetuada entre os anos de 1959 e 1963. De agosto a outubro de 1961, Cuba nacionalizou as empresas estrangeiras, suas propriedades rurais e as empresas privadas nacionais (Spohr, 2020, p. 77-78).

O impacto dessas alterações inesperadas em Cuba foi tão significativo que, na eleição presidencial dos EUA em 1960, foi debatida a questão da América Latina e as possíveis chances de o hemisfério ocidental ter movimentos comunistas ou mesmo a possibilidade de países latino-americanos criarem relações internacionais com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A partir deste cenário, destacamos, conforme a historiografia brasileira sobre a *Aliança para o Progresso*, que a Revolução Cubana foi um dos grandes fatores que propiciaram a criação de um programa de tamanha magnitude na história das relações entre a América Latina e os EUA.

A potência capitalista, com medo de perder novas zonas de influência, decidiu criar um programa para justificar sua presença e as relações entre as nações interamericanas. Muitas vezes, colocava seus agentes oficiais em áreas ignoradas pelas próprias autoridades locais de cada país, como, por exemplo, as agências norte-americanas instaladas no Nordeste brasileiro, com o pretexto de serem zonas voltadas às ações da *Aliança para o Progresso* e não áreas de espionagem ou contrainformação. Apesar de essa ser a posição da historiografia americana, o ex-embaixador americano no Brasil, responsável por elaborar a *Aliança para o Progresso* e por ser um dos agentes estrangeiros fundamentais para o golpe de 1964 no Brasil, já escreveu um artigo atacando historiadores que colocam a Revolução Cubana como fomentadora da APP.

Some geopolitically inclined historians, concerned with superpower relations as the be-all and end-all of foreign policy, interpret the Alliance simply as an event to the revolution in Cuba - a prophylactic program to negate Che Guevara's prediction of "many Sierra Maestras" "in Central and South America. This is an extremely simplified assessment (Gordon, 1988.p, 72).⁵

Lincoln Gordon foi professor de Harvard e atuou de forma relevante na política externa americana em Paris e Londres, como um dos administradores do *Plano Marshall*. Posteriormente, a convite do presidente John F. Kennedy, serviu como enviado dos Estados Unidos ao Brasil de 1961 a 1966. Apesar dessa carreira, Lincoln Gordon ignora que, na produção científica, a neutralidade não existe. Sobretudo ao se referir à análise tradicional que coloca a *Aliança para o Progresso* como resposta à Revolução Cubana, uma vez que até mesmo escritores conservadores dos EUA e do Brasil reconhecem essa hipótese como bem fundamentada. Sob esta perspectiva, tal enquadramento do ex-embaixador visa a defender interesses políticos e econômicos no tempo presente, atacando até mesmo os historiadores.

Na verdade, essa posição indica que o próprio Gordon demonstra que não existe neutralidade na ciência, uma vez que, mesmo anos após o fim da *Aliança para o Progresso*, continua defendendo as prerrogativas americanas. Isso é uma característica dos representantes dos EUA, mesmo após terem deixado seus cargos. Além disso, com a vitória de JFK em 1961, finalmente um programa interamericano pôde ser criado. Uma vez que as ações de seu antecessor tiveram impacto, as colaborações de representantes latino-americanos também geraram apoio, assim como a Revolução Cubana. Assim, nesse contexto complexo, a equipe empresarial e política do presidente Kennedy organizou um programa de investimentos americanos para a América Latina, com a retórica de promover o

⁵ Tradução para português(Brasil): Alguns historiadores com inclinações geopolíticas, preocupados com as relações entre superpotências como o princípio e o fim de tudo da política externa, interpretam a Aliança simplesmente como uma reação à revolução em Cuba - um programa profilático para negar a previsão de Che Guevara de "muitas Sierra Maestras" em América Central e do Sul. Essa é uma avaliação extremamente simplificada (Gordon, 1988.p, 72).

desenvolvimento econômico e social da região e, assim, "integrá-la ao mundo civilizado".

120 | Em 1961, na assembleia do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) associado à OEA, realizada em Punta del Este, Uruguai, foram ratificados os fundamentos da *Aliança para o Progresso*, chamada de Declaração aos Povos da América (Oliveira, 2022, p. 42). A partir desse encaminhamento, foram criadas diversas agências. Mas também associações de classe norte-americanas. A implementação da *Aliança para o Progresso* consistiu em três elementos principais: planejamento, autoajuda e assistência externa. As ideias que surgiram nas reuniões de avaliação dos países não poderiam ser impostas contra a vontade de qualquer nação (Santamaría, 1988, p. 122). Assim, foram elaborados os primeiros projetos da *Aliança*. Seriam suas as seguintes idéias presentes nos objetivos gerais da Aliança:

1. A necessidade da construção de programas nacionais de desenvolvimento que durassem pelo menos 10 anos – a teoria da ajuda externa elaborada por ele defendia o critério da “capacidade de absorção”, para aferir os montantes que o país podia receber. Assim, o planejamento e sua monitoração eram imprescindíveis.
2. Um plano de vinte bilhões de dólares a serem investidos em 10 anos.
3. Uma taxa de crescimento da renda per capita de 2,5% ao ano. Esta era a sua estimativa, já publicada em obras anteriores, do necessário para alcançar-se o take-off.
4. Ênfase na reforma agrária como importante para a superação dos problemas apresentados por sociedades tradicionais, que impedem a criação de condições para a “decolagem” (Ribeiro, 2006, p.83).

Conforme podemos ver neste planejamento e na apresentação de objetivos específicos, o projeto é bastante ambicioso. Os projetos focariam em áreas como educação, saúde e habitação, tendo a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) como a entidade responsável pela coordenação da *Aliança*. O investimento total previsto para o projeto ultrapassaria 80 bilhões de dólares, com os Estados Unidos comprometendo-se a oferecer aproximadamente 20 bilhões aos países envolvidos. Justamente por

isso, não poupou nem mesmo o "termo sagrado" para os idealistas de grandes mudanças. Foi utilizado o "termo revolução" por meios oficiais da Casa Branca. Uma "revolução" por meio de uma "Aliança". Foi assim que a administração Kennedy e seu *staff* empresarial organizaram um programa de investimentos americanos para a América Latina, com discursos de promover o desenvolvimento econômico e social da região e, assim, "integrá-los ao mundo ocidental". Em março de 1961, o então presidente John F. Kennedy discursou para representantes da América Latina e deixou claro que:

[...]A missão de nosso hemisfério ainda não está completa. Pois nossa tarefa, que ainda não foi realizada, é a de demonstrar a todo mundo que a aspiração insatisfeita do homem pelo progresso econômico e pela justiça social pode ser melhor alcançada por homens livres trabalhando dentro de uma estrutura de instituições democráticas. Se pudemos fazer isso em nosso próprio hemisfério, e para nosso próprio povo, podemos concretizar a profecia do grande compatriota mexicano Benito Juarez, de que a 'democracia é o destino do futuro da humanidade'[...] Apelei, portanto, a todos os povos do hemisfério para se unirem em uma Aliança para o Progresso- Alianza para o Progreso-, um grande esforço cooperativo, inigualável em magnitude americana por moradia, trabalho e terra, saúde e escolas[...] (Kennedy, 1966, apud, Dalleck; Golway, 2011,p.111).

Para Gordon (1962), os objetivos da APP estavam voltados para o "desenvolvimento econômico e o progresso social". Estes objetivos são irmãos siameses. Além disso, na posteridade dos acontecimentos, o ex-embaixador do Brasil observa que, após a APP, a América Latina ainda continua com altos índices de desigualdade social, fome e miséria. Gordon é categórico ao colocar a APP como um projeto que tinha possibilidades de superar os resultados até mesmo do Plano Marshall.

[...] it was common in the 1960s to compare the Alliance with the Marshall Plan. This comparison was invited by Kennedy himself, when he said on March 13 that the United States "should help provide resources of a scope and

magnitude sufficient to make this bold plan of development a success - just as we have helped to provide, almost against equal odds , adequate resources to help rebuild the economies of Western Europe." In reality, however, the odds of success in Latin America were much greater (Gordon, 1988, p.75)⁶.

As promessas de revolução ou de resultados melhores do que os do *Plano Marshall* nos fazem questionar se, de fato, os representantes dos EUA acreditavam nisso ou verbalizavam uma propaganda mais voltada a comprometer o avanço de ideias antiamericanas na América Latina, ou se eles realmente acreditavam que poderiam revolucionar, com um mesmo projeto, diferentes países, com códigos e constituições diferentes, tradições distintas e povos com igualdades e diferenças ao mesmo tempo. A Carta de Punta del Este mencionou um aumento de 2,5% na renda *per capita* por ano, juntamente com o fornecimento de melhores instalações de saneamento e cuidados de saúde. Foram definidos objetivos específicos nessas áreas. Para alcançá-los, novas normas foram estabelecidas e implementadas em grande parte através de políticas fiscais em todo o hemisfério (Santamaría, 1988, p. 123).

No início da década de 1960, poderia ter havido pouca objeção à seguinte declaração sobre o significado da Carta de Punta del Este. A Carta foi ratificada pelo compromisso coletivo dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) para alcançar os objetivos de desenvolvimento nacionais e regionais e servir como um compromisso dos países para tomarem as medidas nacionais necessárias para atingir esses objetivos. Esses compromissos baseiam-se em acordos entre os Estados Unidos e os demais signatários da Carta. Os Estados Unidos concordam em fornecer recursos externos proporcionais aos esforços de desenvolvimento de cada país. Em troca, os países do Hemisfério

⁶ Tradução para português: [...] era comum na década de 1960 comparar a Aliança com o Plano Marshall. Essa comparação foi convidada pelo próprio Kennedy, quando disse em 13 de março que os Estados Unidos "deveriam ajudar a fornecer recursos de um alcance e magnitude suficientes para tornar este ousado plano de desenvolvimento um sucesso - assim como ajudamos a fornecer, quase contra probabilidades iguais, os recursos adequados para ajudar a reconstruir as economias da Europa Ocidental. Na verdade, porém, as probabilidades de sucesso na América Latina eram muito maiores . (Gordon, 1988, p.75) .

Ocidental concordaram em empreender as reformas abrangentes necessárias para alcançar o progresso político, social e econômico necessário (Heller; Wionczerk, 1988, p. 131).

| 123

Na visão de Ribeiro (2006), o programa, de forma geral, foi configurado em um formato padrão de ajuda externa. *A priori*, empregou recursos tradicionais, como suporte financeiro; *a posteriori*, com capital humano e materiais. Embora tenha se baseado em iniciativas anteriores de ajuda externa, as metas estabelecidas eram inigualáveis no contexto de programas de desenvolvimento econômico externo. Os Estados Unidos visavam implementar uma transformação genuína das estruturas sociais, políticas e econômicas dos países latino-americanos, direcionando-os para o desenvolvimento capitalista. Nos próximos tópicos, vamos discutir e apresentar visões sobre os objetivos e resultados da *Aliança para o Progresso*.

Das origens aos resultados

Como analisamos, uma iniciativa como a APP só ganhou urgência após 1959, quando a Revolução Cubana desafiou a hegemonia dos E.U.A. no Hemisfério Ocidental. Sobretudo a partir da nacionalização de empresas americanas por Fidel Castro e a aliança com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Uma vez que geraram pânico em Washington, D.C. Assim, JFK, então senador, criticou a postura de Eisenhower, argumentando que a pobreza era o terreno fértil para o comunismo. A APP surgiu como uma resposta direta: seu objetivo declarado impedir novas revoluções no modelo seguido por Cuba (Spohr, 2020, p. 77), oferecendo uma alternativa reformista ao radicalismo.

No Brasil, o Nordeste tornou-se um alvo prioritário. A região, marcada por secas cíclicas e latifúndios arcaicos, era um foco de tensões. Movimentos como as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, exigiam reforma agrária e eram acusados de infiltração comunista. Para os E.U.A., era uma zona de segurança crítica, onde a miséria poderia levar a insurgências. A APP prometeu

resolver o problema com investimentos em infraestrutura, saúde e educação, mas, na prática, priorizou políticas de desestabilização de grupos opostos às elites hegemônicas, como as Ligas Camponesas e outros.

| 124

A APP foi cooptada por conglomerados como a *United Fruit* e a *Standard Oil*, que influenciavam as políticas por meio de comitês como o Comitê de Comércio para a Aliança para o Progresso (COMAP). Segundo Martina Spohr (2020, p. 106), isso demonstra que o Departamento de Comércio dos E.U.A. atuou como uma ponte entre corporações e governos latino-americanos, garantindo que projetos como estradas e portos servissem mais à exportação de commodities do que ao desenvolvimento local — exemplificando o controle corporativo.

De uma perspectiva de militarização, até 1969, 30% dos recursos da APP no Brasil foram alocados para forças armadas e polícia sob o pretexto de combate a subversão (Santamaría, 1988, p. 123). No Nordeste, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) treinou militares em técnicas de contrainsurgência, incluindo tortura, como parte da Escola das Américas (Oliveira, 2020, p. 134). O Nordeste brasileiro exemplificou o caráter contraditório da Aliança. Enquanto Celso Furtado, na SUDENE, propunha reforma agrária e industrialização, a USAID e o BID canalizavam recursos para projetos tecnicamente eficientes, mas socialmente excludentes (Ribeiro, 2006, p. 89).

A APP não foi meramente um projeto mal executado. Suas origens revelam um cálculo geopolítico: usar a ajuda externa para manter a América Latina na órbita capitalista, mesmo que isso significasse apoiar ditaduras. No Nordeste do Brasil, seu legado é de modernização atrofiada, onde estradas ligavam latifúndios a portos de exportação enquanto camponeses permaneciam sem-terra. Como Wiarda (1988) resume, a APP era menos sobre desenvolvimento e mais sobre controle — uma lição de que projetos imperialistas, mesmo vestidos de altruísmo, servem aos interesses de seus financiadores.

Ao analisar as produções acadêmicas americanas, é comum encontrar autores que apontam um dos erros da *Aliança para o Progresso*: a promessa exagerada de transformações para a América Latina, que gerou expectativas de uma revolução continental entre certos grupos. Um exemplo é o historiador Arthur M. Schlesinger, da Universidade de Harvard, associado ao pensamento liberal e admirador do Presidente John F. Kennedy. Em sua obra, Schlesinger (1988) argumenta que a propaganda da APP criou esperanças irrealistas em partes da população latino-americana, resultando em frustração. Ele afirma que "*the United States should have acted discreetly, with moderate and feasible goals*" (Schlesinger, 1988, p. 68)⁷.

Outros acadêmicos, como Gordon (1988), concordam que o balanço do programa foi marcado por falhas em múltiplas dimensões. Analisando as causas do fracasso do programa, Gordon (1988) — um de seus formuladores — atribui parte da responsabilidade a erros cometidos por atores latino-americanos, especialmente durante os governos democráticos de Jânio Quadros e João Goulart no Brasil. Segundo ele, políticos como Goulart e Quadros priorizaram interesses pessoais em detrimento do progresso socioeconômico supostamente promovido pela Aliança. Gordon enfatiza, no entanto, que "*fortunately, some Brazilian ministers and governors shared the objectives of the AFP, allowing cooperation.*" (Gordon, 1988, p. 78)⁸.

Essa percepção de que os últimos presidentes eleitos democraticamente no Brasil antes do regime militar (1964-1985) representavam obstáculos aos planos dos E.U.A. — enquanto governadores e ministros alinhados aos E.U.A. eram priorizados — é explorada por Felipe Pereira Loureiro (2020) em seu estudo: *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961- 1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. Com base em documentos oficiais dos E.U.A.,

⁷ Tradução para o português: "Os Estados Unidos deveriam ter agido com discrição, com objetivos moderados e viáveis. (Schlesinger, 1988, p. 68) .

⁸ Tradução para o português: "felizmente, alguns ministros e governadores brasileiros compartilhavam os objetivos da APP, permitindo a cooperação".(Gordon, 1988, p. 78) .

o autor demonstra que a APP foi usada para enfraquecer a democracia brasileira, direcionando investimentos para estados governados por aliados ideológicos, mesmo em regiões menos necessitadas.

| 126

Loureiro (2020) utiliza evidências quantitativas e qualitativas para ilustrar disparidades: por exemplo, o Piauí enfrentava graves crises humanitárias, como altas taxas de mortalidade infantil, mas não foi priorizado. Em contraste, estados liderados por governadores conservadores ou liberais — principalmente no Nordeste — receberam mais recursos, desde que aderissem à agenda política americana. O programa, inicialmente apresentada com uma grande retórica sobre leva o desenvolvimento para povos esquecidos, provou ser um instrumento de influência geopolítica.

O estudo também revela um índice ideológico desenvolvido pelos E.U.A. para classificar governadores brasileiros em categorias como comunistas, centristas, de direita, de extrema-direita, liberais e conservadores. Estados governados por figuras conservadoras ou liberais receberam financiamento preferencial, reforçando uma estratégia de apoio a projetos que mantinham o status quo e os interesses dos E.U.A. Assim, a APP contribuiu não apenas para as desigualdades regionais, mas também para a erosão da democracia brasileira ao financiar grupos políticos alinhados a Washington.

Tabela 1.0.

Categoria	Nome	Descrição
1	Comunista ou criptocomunista	Aqueles que foram identificados como Comunistas em alto grau de certeza, seja como filiado ao Partido Comunista Brasileiro, seja como seguidores consistentes da ideologia marxista-leninista.
2	Companheiro de viagem ou inocentes úteis	Esquerdistas radicais ou esquerdistas ingênuos que, na prática, seguem a linha do Partido Comunista.



3	Esquerdista ultranacionalista	Esquerdista ultranacionalistas que são consistentemente anti-EUA, mas que não seguem a linha do Partido Comunista de forma consistente.
4	Reformistas radicais não comunistas	Defensores de reformas socioeconômicas democráticas, sem serem críticos aos EUA nem seguirem comunistas.
5	Centristas	Liberais e reformistas moderados que, apesar de adotarem uma retórica pré-reformas de base, na prática não estão engajados em executá-las
6	Conservadores	Aqueles que resistem a mudanças, incluindo grande parte da elite econômica nacional
7	Extrema Direita	Reacionários que pretendem liderar uma ditadura militar de direita no Brasil ou que não se oporiam a ela.
8	Outros	Todos os que não se encaixam nas categorias anteriores.

Fonte: Loureiro, 2020.

Tabela 2.0.

Categorias	Denominação	Governadores	Proporção
1	Comunista	0	0,0
2	Inocentes Úteis	3	9,7
3	Ultranacionalista	4	12,9
4	Reformistas Radicais não Comunistas	3	9,7
5	Centristas	14	45,2
6	Conservadores	7	22,6

7	Extremistas de Direita	0	0,0
8	Outros	0	0,0
Total	-	31	100

| 128

Fonte: Loureiro, 2020.

Tabela 3.0.

Estados	Empréstimos		Empréstimos (percentual)	
	Número	Quantidade	Número	Percentual
Janeiro 1961 - março 1964				
Nacional	0	0	0	0
Agências nordestinas*	4	41.810.000	19,0	32,2
Bahia	3	5.000.000	14,3	3,8
Espírito Santo	1	2.000.000	4,8	1,5
Guanabara	3	35.000.000	14,3	26,9
Minas Gerais	2	11.400.000	9,5	8,8
Pará	1	2.500.000	4,8	1,9
Paraná	1	4.700.000	4,8	3,6
Pernambuco	1	3.615.000	4,8	2,8
São Paulo	3	18.377.906	14,3	14,1
Santa Catarina	2	5.560.000	9,5	4,3
Rio de Janeiro	0	0	0,0	0,0
Rio Grande do Sul	0	0	0,0	0,0
Total	21	129.962.906	100,0	100,0
Abril 1964 - dezembro 1969				
Nacional	21	342.910.000	53,8	73,2
Agências nordestinas*	6	58.650.000	15,4	12,5
Bahia	2	3.400.000	5,1	0,7
Espírito Santo	0	0	0,0	0,0
Guanabara	2	12.000.000	5,1	2,6
Minas Gerais	2	16.000.000	5,1	3,4
Pará	0	0	0,0	0,0
Paraná	1	9.450.000	2,6	2,0
Pernambuco	0	0	0,0	0,0
São Paulo	2	14.700.000	5,1	3,1
Santa Catarina	1	3.500.00	2,6	0,7
Rio de Janeiro	1	4.650.000	2,6	1,0
Rio Grande do Sul	1	3.150.000	2,6	0,7
Total	39	468.410.000	100,0	100,0

Fontes: Loureiro, 2020.

Uma análise crítica dos dados revela como os americanos usaram estruturas formalmente ligadas à *Aliança para o Progresso* na América Latina para monitoramento geopolítico e controle estratégico. Como já discutido, essa postura decorreu do contexto da Revolução Cubana (1959), que alimentou os temores dos E.U.A. de uma queda do Brasil para o comunismo e, por extensão, da América Latina sucumbir a movimentos contra-hegemônicos — opostos à ordem dominante.

É importante destacar que tais grupos contestadores não se limitavam a comunistas alinhados à União Soviética. Pesquisas recentes indicam pouca conexão entre organizações latino-americanas e o governo soviético na época. De fato, relatórios de inteligência dos E.U.A. descartavam a presença de comunistas ligados à URSS no Brasil.

A principal preocupação se concentrava em orientações nacionalistas antiamericanas, socialistas independentes e partidos comunistas locais. No entanto, como demonstrado pelo índice ideológico criado pelos E.U.A. para classificar governadores brasileiros, nenhum deles foi categorizado como comunista — no máximo, como ultranacionalista. Essa categorização, segundo Loureiro (2020), baseava-se menos em critérios objetivos e mais em alinhamentos políticos.

A seletividade geopolítica torna-se evidente ao analisar os fluxos financeiros. Durante o governo democrático de João Goulart (1961-1964), dados do pesquisador Felipe Loureiro mostram que o governo federal não recebeu financiamento direto do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A exceção ocorreu nos estados nordestinos, onde projetos regionais receberam apoio federal para iniciativas econômicas no sertão. De acordo com a Tabela 3.0, o Nordeste recebeu 33% dos recursos da APP, enquanto os 67% restantes foram distribuídos para entidades subnacionais.

Esse cenário mudou drasticamente após o golpe de 1964. Entre abril de 1964 e dezembro de 1969, o BID concedeu 39 empréstimos ao Brasil, dos quais 53,8% (21 acordos) foram direcionados ao governo federal — agora sob um

regime civil-militar de direita. Em termos monetários, dos US\$ 468,4 milhões desembolsados pelos E.U.A. durante esse período, US\$ 342,9 milhões (73,2%) beneficiaram diretamente a União.

| 130

A mudança abrupta nas prioridades, que ignorou protocolos técnicos de instituições multilaterais — como a preferência por acordos com governos centrais — expõe um claro viés político. Dois fatores reforçam essa interpretação: primeiro, as normas internacionais da época dificultavam acordos diretos entre organizações como o BID e unidades subnacionais, especialmente com o governo federal se opondo à APP. Segundo os E.U.A. buscavam fortalecer os governos estaduais como um contraponto ao governo federal, que era percebido como uma ameaça.

Loureiro (2020) destaca que a estratégia dos E.U.A. envolvia três objetivos principais: primeiro, contornar o governo federal de João Goulart; segundo, fortalecer governadores alinhados aos interesses de Washington; e terceiro, usar esses governos estaduais fortalecidos como um contraponto de poder e uma salvaguarda, caso o governo de João Goulart e seus aliados de esquerda avançassem com medidas consideradas anti-democráticas. A articulação do golpe de março de 1964, portanto, foi precedida por um longo processo de desestabilização política e financeira, no qual a Aliança desempenhou um papel central.

Em termos latino-americanos, o golpe civil-militar de 1964 significou para a região uma nova temporalidade. Parte desta situação deve-se ao projeto da Doutrina de Contenção (DC) na América Latina, inicialmente no Cone Sul e, mais tarde, em grande escala nos 23 países da América Latina, à proliferação de ditaduras que adotaram a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) como referência para a compreensão da realidade que encontravam. Direitos humanos, civis e políticos eram colocados de lado em nome de uma suposta ameaça do comunismo ou do nacionalismo "desvirtuado".

O Brasil, através do "pioneirismo" no estabelecimento dessas ditaduras civil-militares, iniciou uma verdadeira onda de regimes autoritários latino-

americanos, com apoio norte-americano e de diversos segmentos civis. Seguiram-se Argentina (1966 e novamente em 1976), Chile (1973), Uruguai (1976) e outros. De modo geral, posteriormente, quase todos os países da região foram submetidos a regimes autoritários, influenciados em maior ou menor grau pela DSN, com exceção da Venezuela e do México.

Alguns desses golpes aconteceram nos mesmos momentos em que a *Aliança para o Progresso* "tentava" atingir seus objetivos oficiais, e outros ocorreram quando, hipoteticamente, a América Latina deveria estar colhendo os "louros" da "Revolução" prometida pelos fundadores do projeto interamericano. Na verdade, o que estava sendo configurado era um quadro continental ou uma cartografia da DC na região.

Assim, ao mesmo tempo em que se prometiam investimentos americanos aos países da América Latina, os EUA apoiaram golpes militares nos países da região como forma de garantir os investimentos que já haviam sido feitos, a influência na região e uma engenharia internacional favorável no conflito geopolítico contra a URSS. A década de 1960 não se tornou, para o hemisfério ocidental, uma década de revolução e desenvolvimento social e econômico, mas uma década marcada pela derrubada de democracias com apoio americano. Para Sidney Lens (2006):

A Aliança não fez revolução alguma. Na verdade, havia muito mais gente vivendo sob regimes militares autoritários no final da década que no seu começo (...) Numa única década, pelas estatísticas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), foram investidos 5,5 bilhões de dólares de capital privado americano nas 19 repúblicas, quanto os lucros e dividendos foram de 9,5 bilhões, quase todos repatriados para Nova York. Esse resultado favorável ao establishment americano foi devido, em grande medida, às concessões obtidas em troca dos empréstimos da Aliança, bem como à 'estabilidade' alcançada em consequência dos programas militares (Lens, 2006, p. 604)

Somado à visão de Vincent Bevins (2021), o golpe de 1964 no Brasil foi um dos maiores acontecimentos da Guerra Fria no hemisfério ocidental, uma vez que o autor considera importantíssima a posição deste país na América Latina, justamente pelo estabelecimento de uma cartografia autoritária e transnacional utilizada na região como forma de conter ideias consideradas, pelas forças capitalistas, subversivas. Deveriam, em tese (a ideia americana), contar com uma referência local das prerrogativas de Washington.

Esse enquadramento foi dimensionado pelos outros países da América do Sul. Regiões nas quais poderiam ser polos de movimentos contra dominantes, na verdade, tornaram-se zonas marcadas por autoritarismo, capitalização de investimentos estrangeiros para grupos simpatizantes dos EUA e, portanto, agindo em interesses locais, nacionais e internacionais pelas diretrizes da ordem tradicional capitaneada pelos EUA, mas que também favorecia desde grupos dominantes locais até oligarquias nacionais.

A *Aliança para o Progresso* foi um programa que atingiu não seu objetivo oficial, mas o objetivo extraoficial, que era impedir a proliferação de ideias e projetos políticos contra-hegemônicos. Pretendemos elencar alguns outros fundamentos desta hipótese. Por exemplo, Harvey Perloff (1969, p, 149), certa vez afirmou que: "*the Alliance operated as if it were ready to close its doors at any moment*"⁹.

A ideia de que a *Aliança* funcionava como um programa pronto para ser fechado a qualquer momento é condizente com os resultados do programa, ou melhor, com a falta de resultados. Os acontecimentos que entraram nas páginas da história dos países latino-americanos não estavam relacionados a promoções sociais ou vitórias contra índices de fome e pobreza, mas a diversos golpes de Estado com apoio financeiro e diplomático americano, e alguns com apoio brasileiro.

⁹ Tradução para português: "a Aliança funcionava como se estivesse pronta para fechar as portas a qualquer momento". (Perloff, 1969, p, 149).

Joseph Page (1972) destacou que muitos dos trabalhadores e representantes da *Aliança* no nordeste brasileiro trabalharam sem ter conhecimento da língua portuguesa, dos costumes e das tratativas locais. A USAID fez uma grande divulgação do Acordo Nordeste, mas não contava com representantes americanos com bagagem ou experiência no território brasileiro. O interesse americano no nordeste foi tanto que a região central do nordeste, para a *Aliança*, foi marcada até mesmo pela fundação de colônias americanas; eram funcionários do governo americano, que tinham famílias e, como forma de acordo, vieram para o Brasil trabalhar em prol da *Aliança*.

Todavia, Page (1972) aponta que o ânimo dos funcionários da USAID não era condizente com as propagandas do programa e que muitos desses colaboradores atuavam para produzir informações para órgãos de inteligência americanos. Essa coleta de informações poderia ser desde a catalogação de jornais até mesmo ações de "fantasmas", ou seja, ações propriamente ditas de espionagem. Em 1963, havia no nordeste brasileiro dois agentes da *Central Intelligence Agency* (CIA); em 1964, existiam três, e esse número mostra a importância da região nordeste para os americanos, que buscavam impedir, a altos custos (inclusive apoio a grupos autoritários), a proliferação de ideias antiamericanas (Page, 1972).

Diversos autores, latino-americanos e até estadunidenses, apontam que a *Aliança para o Progresso* funcionaria como uma tática de contenção da ideologia comunista (Ribeiro, 2006, p. 160; Oliveira, 2022, p. 43). Gordon (1988) destaca que o comunismo foi uma das forças motrizes da *Aliança*, mas que o nacionalismo antiamericano também foi um fato essencial para a elaboração e implantação do programa na América Latina. Roett (1972) e Phyllis R. Parker (1979) apontam que a *Aliança* foi utilizada para desestabilizar a democracia e fortalecer os interesses americanos e das oligarquias locais.

Na historiografia americana, diversos autores destacam que a *Aliança* fracassou, mas que deixou legados diplomáticos, institucionais, educacionais e de infraestrutura. Scheman (1988, p. 6).

A problemática dessa visão é que, em primeiro lugar, ela tem referencial, pois as linhas de crédito concedidas aos países latino-americanos antes da *Aliança* são bem inferiores. Os limites de crédito concedidos por bancos internacionais a países da América Latina são diversos. As várias agências e cooperações criadas pela *Aliança* favoreceram a extensão de diálogos interamericanos, e isso é um legado do projeto. Mas, ao mesmo tempo em que ela carrega veracidade, podemos questionar suas tratativas e juros. Uma vez que diversos países deste continente tiveram acesso a linhas de crédito, mas com negociações bem questionáveis, sobretudo pelas altíssimas taxas de juros e diversas negociações arquitetadas por ditaduras que aceitaram acordos econômicos desfavoráveis aos latino-americanos a longo prazo. Muitos países contraíram dívidas que só foram equacionadas após o fim de suas respectivas ditaduras. Podemos citar o Brasil, Argentina e Chile.

Para Wiarda (1988), a *Aliança para o Progresso* gerou bons e péssimos resultados. Todavia, os fracassos, para o autor, são mais significativos, uma vez que existe um elo entre o programa e a emergência de ditaduras no continente. *A priori*, para o autor, a *Aliança* não poderia entregar resultados apoteóticos, porque foi mal formulada desde o seu princípio. O modelo utilizado baseou-se nas experiências de desenvolvimento da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, com alguma referência ao Japão, ou aos países da Comunidade Britânica. Os intelectuais e formuladores da *Aliança* seriam generalistas, por considerarem que teses implantadas em regiões americanas e europeias poderiam ter o mesmo efeito em áreas latino-americanas, que foram submetidas a outros processos ao longo do tempo (Wiarda, 1988, p. 101).

A posteriori, Ronald Scheman (1988) também alega que a *Aliança* trouxe bons resultados: novas estradas, autoestradas, projetos habitacionais, sistemas de água, redes elétricas, hospitais, escolas e assim por diante foram todos construídos sob os auspícios da *Aliança para o Progresso* e com fundos da *Aliança*. Todavia, a tese geral do autor aponta que o resultado da *Aliança* poderia ter sido outro se os formuladores tivessem compreendido os

desafios latino-americanos e, a partir dessa compreensão nativa, deveriam ter formulado soluções específicas para cada realidade. Wionczek e Heller (1988, p. 136) apontam que a *Aliança* fracassou porque as lideranças americanas não queriam formular soluções específicas para o continente. Fortalecemos a tese da desestabilização das democracias latino-americanas a partir da *Aliança*, após diálogos entre áreas científicas.

Considerações finais

“La Alianza para el Progreso está muerta”¹⁰

Victor Alba

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu confirmar a tese central de que a *Aliança para o Progresso* representou um projeto multifacetado, no qual a retórica de desenvolvimento socioeconômico coexistiu e, em muitos momentos, foi instrumentalizada pela imperativa geopolítica da Doutrina de Contenção Americana. Lançada sob a promessa de "completar as revoluções das Américas" e promover a dignidade e a liberdade, a APP revelou-se, na prática, um mecanismo altamente eficaz para a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina durante a Guerra Fria.

A investigação demonstrou que o programa não se limitou a ser um programa de ajuda humanitária; foi, sobretudo, uma estratégia política e ideológica. A alocação de recursos e o apoio a governos estaduais, em detrimento do governo federal brasileiro, por exemplo, ilustram como a iniciativa atuou ativamente na desestabilização de forças políticas consideradas não alinhadas a Washington. O caso brasileiro, culminando no golpe de 1964, serve como um

¹⁰ Tradução completa da citação em português (Brasil): “A Aliança para o Progresso está morta. O que resta é uma estrutura burocrática, montanhas de papel mimeografado, um sorriso sarcástico nos lábios dos oligarcas e dores de culpa por parte dos políticos de esquerda que não aproveitaram a Aliança e a tornaram sua” escreveu Victor Alba no México. In: SCHEMAN, R. *The Alliance for Progress – A Retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988, p. 71.

exemplo paradigmático de como a APP foi cooptada por interesses corporativos e militares, transformando-se em um instrumento de controle ideológico e de apoio a regimes autoritários.

| 136

Em última análise, a APP pode ser interpretada como um sucesso de estratégia geopolítica, mas um fracasso em sua missão declarada de promover reformas estruturais profundas e duradouras que eliminassem as desigualdades sociais. O legado reside, portanto, na consolidação da influência americana e na demonstração de que, no xadrez da Guerra Fria, a segurança e a contenção do comunismo na região prevaleceram sobre os preceitos de desenvolvimento e autodeterminação dos povos latino-americanos.

A contribuição deste trabalho reside em resgatar e articular perspectivas de autores, muitos deles pouco conhecidos no debate atual. Isso oferece um panorama abrangente e matizado que serve como um guia de referências essenciais para pesquisadores interessados no tema.

Referências:

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARROS, Arthur Victor Goncalves Gomes de. **“A pobreza como estopim da revolução”** : a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2017.

BEVINS, Vincent. **The Jakarta method** : Washington's anticommunist crusade and the mass murder program that shaped our world. New York, NY : PublicAffairs, Hatchette Book Group, 2020. (Orgs.).

SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.



DALLEK, Robert. **Uma visão de paz: os melhores discursos de John F. Kennedy**. Tradução, Bárbara Duarte.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2007,p.111.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GORDON, Lincoln. **O Progresso pela Aliança**. Rio de Janeiro: Record Editora, 1962.

GORDON, Lincoln. **The Alliance at Birth: Hopes and Fears**. (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. *The Alliance for Progress – A Retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.

HELLER, Jack; S. Wionczek, Miguel. **The Assumptions of the Alliance**. (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. *The Alliance for Progress – A Retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.

HERRERA, Felipe. **Principles and Performance**. (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. *The Alliance for Progress – A Retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.

HOBSBAWM, Eric. ***Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)***. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LENS, Sidney. **A Fabricação do império americano – Da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961- 1964):** ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **Terra seca, Guerra Fria:** as forças políticas nordestinas e as relações Brasil-Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso (1961-1964). Curitiba: Editora CRV, 2020.

PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964).** Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PARKER, Phyllis R. **1964:** o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PERLOFF, H. S. **Alliance for Progress – A Social Invention in the Making.** Baltimore: John Hopkins Press, 1969.

RIBEIRO, R., A. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA.** Campinas: Tese de Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2006.

ROETT, R. **The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast.** Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.

SANTAMARÍA, Carlos Sanz de. **Making the Alliance Work.** (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective.** New York: Praeger Publishers, 1988.



SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.

| 139

SCHLESINGER, Arthur. **Myth and Reality**. (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.

SPOHR, Martina. **American Way of Business**. Rio de Janeiro: Editora Appris, 2020.

UPTON, T. Graydon. **The Early Days of the IDB: A Personal Reminiscence**. (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.

WIARDA, Howard J. **Did the Alliance “Lost Its Way”, or Were Its Assumptions All Wrong from the Beginning and Are Those Assumptions Still with Us?** (Orgs.). SCHEMAN, Ronald. **The Alliance for Progress – A Retrospective**. New York: Praeger Publishers, 1988.